



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestro 130\$
A 1.ª série . . .	" 90\$	" 44\$
A 2.ª série . . .	" 80\$	" 43\$
A 3.ª série . . .	" 80\$	" 43\$

Avulso: Número de duas páginas \$80; de mais de duas páginas \$80 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério do Comércio e Comunicações:

Decreto n.º 19:298 — Autoriza a transferência de várias verbas no orçamento da Administração Geral dos Correios e Telégrafos para o actual ano económico.

Ministério da Instrução Pública:

Decreto n.º 19:298 — Permite aos oficiais de marinha classificados mediante concurso para frequentarem o curso de engenheiros hidrógrafos a matrícula e a inscrição nas cadeiras de geologia, geografia física e física do globo, bem como no curso de aperfeiçoamento de astronomia das Faculdades de Ciências.

Decreto n.º 19:299 — Autoriza o Ministro a prover interinamente, até o fim do ano lectivo corrente, os lugares por contrato do pessoal docente das escolas agrícolas.

Decreto n.º 19:300 — Autoriza o pagamento da gratificação fixada no decreto n.º 18:645 aos professores que regeram o curso de medicina sanitária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra nos anos lectivos de 1928-1929 e 1929-1930.

Decreto n.º 19:301 — Autoriza a transferência de várias verbas no orçamento do Ministério para o ano económico de 1930-1931.

Ministério da Agricultura:

Decreto n.º 19:302 — Transfere uma verba do orçamento do Ministério para o corrente ano económico, destinada a reforço da dotação para impressos para manifesto de produção.

No artigo 19.º «Despesas de conservação, reparação e aproveitamento de material», do n.º 3), e) «Carruagens ambulantes» para o n.º 2), e) «Instalações e aparelhos de iluminação, aquecimento, ventilação, força motriz e água» 4.000\$00

No artigo 22.º «Despesas de comunicações», do n.º 3), c) «Transporte de malas de correspondência e encomendas e distribuição domiciliária» para o n.º 3), b) «Transporte de material». 5.000\$00

No artigo 32.º «Aquisições de utilização permanente», do n.º 1), l) «Aparelhos e acessórios para verificação de material, ensaios e medidas» para:

N.º 1), b) «Mobiliário e utensílios» 4.000\$00

N.º 1), g) «Aparelhos e acessórios telegráficos» 20.000\$00

Este despacho foi anotado pelo Tribunal de Contas em 26 do presente mês.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, 29 de Janeiro de 1931.—O Director dos Serviços de Contabilidade, *Manuel Pinto de Melo*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Direcção dos Serviços de Contabilidade

Verificando-se serem insuficientes algumas das verbas inscritas no orçamento de despesa desta Administração Geral para o actual ano económico, e haver, em outras, disponibilidades que permitem o reforço daquelas, nos termos do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, artigo 17.º, § 2.º, por despacho do Ministro do Comércio e Comunicações, de 22 do corrente mês, foram autorizadas as seguintes transferências de verbas no referido orçamento:

No artigo 5.º «Aquisições de utilização permanente», do n.º 3), a) «Máquinas e ferramentas para estações» para o n.º 3), b) «Mobiliário e utensílios para os serviços internos» 3.000\$00

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

1.ª Secção

Decreto n.º 19:298

Considerando o disposto no artigo 3.º do decreto n.º 19:017, de 5 de Novembro de 1930; e

Atendendo ao parecer favorável do conselho da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Aos oficiais de marinha classificados, mediante concurso, para frequentarem o curso de engenhei-

ros hidrógrafos é permitida a matrícula e inscrição nas cadeiras de geologia e geografia física e física do globo, bem como no curso de aperfeiçoamento de astronomia das Faculdades de Ciências, nos termos da alínea c) do artigo 3.º do decreto n.º 19:017.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.*

Direcção Geral do Ensino Técnico

Repartição do Ensino Agrícola

Decreto n.º 19:299

Considerando que o decreto n.º 18:594, de 11 de Julho de 1930, não permite a nomeação de professores contratados para as escolas de ensino médio agrícola;

Considerando que as disciplinas que eram regidas por professores contratados não podem ser regidas em acumulação, por incompatibilidade com as funções do ensino que são atribuídas aos professores efectivos; e

Considerando finalmente que o provimento por concurso é bastante demorado, causando assim grandes prejuízos para o ensino;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o Ministro da Instrução Pública a prover interinamente, até o fim do ano lectivo corrente, os lugares por contrato do pessoal docente das escolas agrícolas a que se refere o decreto n.º 18:594, de 11 de Julho de 1930, e que fiquem vagos por motivo da caducidade dos respectivos contratos.

§ único. No caso de as nomeações recaírem nos antigos professores contratados, têm estes direito aos vencimentos desde a data em que estejam prestando serviço.

Art. 2.º Os vencimentos dos professores interinos, que são os correspondentes aos dos lugares que desempenham, serão custeados pelas disponibilidades das dotações do pessoal dos quadros, aprovados por lei, das respectivas escolas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado dos Paços do Governo da República, em 27 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida*

Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Magalhães Correia—Fernando Augusto Branco—João Antunes Guimarães—Eduardo Augusto Marques—Gustavo Cordeiro Ramos—Henrique Linhares de Lima.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 19:300

Junto da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra funciona um curso de medicina sanitária.

Aos professores que regeram o curso foi este serviço remunerado até 1927-1928 pela dotação da Faculdade. A impossibilidade de continuar a remunerar o serviço nestes termos deu lugar a que não fôsem pagas em 1928-1929 e 1929-1930 as gratificações que aos professores eram abonadas.

Também as receitas provenientes das propinas e matrículas deixaram de dar entrada nos cofres do Tesouro, como receita geral do Estado.

Tornando-se portanto necessário promover o pagamento das gratificações fixadas pelo decreto n.º 18:645, de 15 de Julho de 1930, ao pessoal docente que regeu o curso de medicina sanitária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e de igual modo promover a arrecadação da respectiva receita;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o pagamento da gratificação fixada no decreto n.º 18:645, de 15 de Julho de 1930, aos professores que regeram o curso de medicina sanitária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra nos anos lectivos de 1928-1929 e 1929-1930, em conta da verba inscrita no capítulo 8.º, artigo 894.º, do orçamento do Ministério da Instrução Pública para o ano económico de 1930-1931, destinada a despesas de anos económicos findos.

Art. 2.º É inscrita no mesmo orçamento no capítulo 3.º, artigo 102.º, sob a rubrica 2) «Gratificações pela regência do curso de medicina sanitária», a importância de 2.700\$, reforçando-se por contrapartida com igual quantia a verba inscrita no capítulo 4.º «Taxas—Rendimentos de diversos serviços—Serviços de instrução», artigo 96.º «Receitas dos estabelecimentos de ensino», do orçamento de receitas.

Art. 3.º As importâncias das propinas e matrículas cobradas nos anos económicos de 1928-1929 e 1929-1930 constituem rendimento geral do Tesouro e darão imediatamente entrada nos cofres do Estado.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nêle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 30 de Janeiro de 1931.—ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA—*Domíngos Augusto Alves da Costa Oliveira—António Lopes Mateus—José de Almeida Eusébio—António de Oliveira Salazar—Júlio Alberto de Sousa Schiappa de Azevedo—Luís António de Maga-*